

A CASA DA POLÍTICA E SUA CORRUPÇÃO: UMA INTRODUÇÃO SOBRE O PENSAMENTO POLÍTICO DE ENRIQUE DUSSEL

Whesley Fagliari dos Santos*

Resumo: Este estudo apresenta, primeiramente, uma introdução sobre o pensamento político de Enrique Dussel. De maneira sistematizada o filósofo argentino apresenta o que ele entende como campo político, as esferas públicas, privadas e as maneiras como a corrupção perpassa esses espaços. O objetivo é apresentar uma reflexão sobre a conduta ética do político que deveria basear-se no outro e não em interesses pessoais. O caminho, segundo Dussel, para resolver o problema da dominação alienadora, hegemônica, que aniquila o outro e transforma-o em vítima é o desenvolvimento da Filosofia da Libertação, apresentada, também de maneira introdutória, na segunda parte deste artigo.

Palavras-Chave: Corrupção. Filosofia da Libertação. Política. Enrique Dussel.

THE HOUSE OF POLICY AND ITS CORRUPTION: AN INTRODUCTION ON ENRIQUE DUSSEL'S POLITICAL THINKING

Abstract: This study first presents an introduction to Enrique Dussel's political thought. In a systematic way, the Argentine philosopher presents what he understands as a political field, the public and private spheres and the ways in which corruption permeates these spaces. The objective is to present a reflection on the ethical conduct of the politician that should be based on the other and not on personal interests. The way, according to Dussel, to solve the problem of alienating, hegemonic domination, which annihilates the other and turns him into a victim, is the development of the Philosophy of Liberation, presented, also in an introductory way, in the second part of this article.

Keywords: Corruption. Philosophy of Liberation. Politics. Enrique Dussel.

1. INTRODUÇÃO

Enrique Dussel é um dos principais autores da *Filosofia da Libertação* – movimento intelectual iniciado na década de 1970 que pretende firmar uma filosofia própria da América Latina contra a dominação exploratória do pensamento hegemônico e colonizador eurocêntrico. Filósofo, nascido em 24 de Dezembro de 1934, em La Paz, Argentina, embora tenha surgido no interior de uma família bem estruturada, conviveu desde muito jovem com a classe marginalizada da sociedade.

* Mestre em Filosofia pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Toledo (2019). Área de Concentração em Filosofia Moderna e Contemporânea, na Linha de Pesquisa Ética e Filosofia Política. Especialista em Filosofia Clínica pelo ITECNE - Instituto Tecnológico e Educacional de Cascavel (2009). Especialista em Metodologia de Ensino de Filosofia e Sociologia pela UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci (2015). Graduado em Filosofia (Licenciatura Plena) na UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Campus de Toledo (2008). É professor efetivo de Filosofia no Ensino Médio, na rede pública estadual do Paraná. E-mail: whesleyfagliari@gmail.com.

Autor de uma vasta bibliografia, o pensador argentino, no início de sua obra *20 Teses de Política*¹⁷³, escreve algumas “palavras preliminares” para apresentar o conteúdo que segue livro adentro. Já no primeiro parágrafo, o filósofo anuncia claramente a quem escreve – à juventude: “ESTAS VINTE TESES sobre política vão dirigidas primeiramente aos jovens, aos que devem compreender que o nobre ofício da política é uma tarefa patriótica, comunitária, apaixonante”. (DUSSEL, 2007, p. 09).

Recorrer à determinada aposta na possibilidade real de alguma mudança provocada pelos jovens no campo político é insistir na esperança de construir um futuro social completamente destoante do passado e seu histórico de exploração, dominação, injustiça, desigualdade, opressão e exclusão da classe desfavorecida. O livro todo analisa o cenário social e político da América Latina e pontua a urgência de mudanças concretas e profícuas que atendam a demanda específica desse núcleo.

Este estudo pretende apresentar de maneira introdutória, nesta primeira parte, especificamente a *Tese I*¹⁷⁴ da obra dusseliana supracitada. De maneira sistematizada Dussel apresenta o que ele entende como campo político, as esferas públicas e privadas e as maneiras como a corrupção – a fetichização do poder – perpassa todos esses espaços e seus atores. A intenção, mais do que concordar ou discordar do autor, é refletir a conduta ética do político – e da comunidade política, o povo – que deveria estar baseada no outro e não em interesses pessoais, particulares, subjetivos. O caminho para resolver o problema da dominação alienadora e hegemônica que aniquila o outro e transforma-o em vítima, segundo Dussel, é o desenvolvimento de uma Filosofia da Libertação. Libertar-se da ideologia centralizadora presente desde a antiguidade em sociedades como a grega, por exemplo, e pensar as questões sociais a partir da periferia, da necessidade real, da realidade.

¹⁷³ DUSSEL, Enrique. *Vinte Teses de Política*. Tradução de Rodrigo Rodrigues. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

¹⁷⁴ Enrique Dussel classifica e denomina a divisão de sua obra *20 Teses de Política*, como o próprio título já deixa claro, como “teses” e não como “capítulos”.

1.1 O Ouvido do Discípulo

Quando a leitura de *20 Teses de Política* avança e, conseqüentemente aprofunda a construção da teoria política de Dussel, um conceito extremamente importante para compreender o caminho que o referido filósofo trilha na tentativa de solucionar o problema estrutural da política como um todo e, especificamente a latino-americana, é o *poder obediencial*:

Passar à responsabilidade democrático-política de exercer um poder *obediencial* não é tarefa fácil; é intrinsecamente participativa; sem vanguardismos; tendo aprendido do povo o respeito por sua cultura milenar, por suas narrativas míticas dentro da qual desenvolveu seu próprio pensamento crítico, suas instituições que devem se integrar a um novo projeto. (DUSSEL, 2007, p. 10).

De acordo com o pensador argentino, é o povo o sujeito do poder, ou seja, a comunidade política é a protagonista que detém o poder. E que delega o poder. Delega a representantes eleitos que deverão servir e obedecer ao povo. Por isso, o poder de quem está em algum cargo político é obediencial e deve obedecer tão somente a quem o delegou – ainda que temporariamente – o poder:

A política consiste em ter “a cada manhã um ouvido de discípulo”, para que os que “mandam, mandem obedecendo”. O exercício delegado do poder *obediencial* é uma vocação a que se convoca a juventude, sem clãs, sem correntes que buscam seus interesses corrompidos, e são corrompidos por lutar por interesses de grupos e não do todo (seja o partido, o povo, a pátria, a América Latina ou a humanidade). (DUSSEL, 2007, p. 10).

Diante dessa perspectiva, o político não deve perder de vista em momento nenhum a quem está servindo e qual sua real função no cargo ocupado. O político, motivado para agir sempre em favor do povo, não pode ver na política uma profissão. Parece discurso destoante da realidade atual e do que a comunidade global vive politicamente. Fica evidente, no presente momento e no cenário político mundial, um desrespeito generalizado, uma corrida desenfreada e, até mesmo alucinada pelo poder político que, há muito, não serve mais ao povo e seus interesses. Por esse caminho de sanar desejos particulares e o “se colocar a serviço de si mesmo” é que se perde de vista

justamente aquilo que não se deveria ser esquecido em nenhum momento: servir a quem delega o poder, verdadeiramente – o povo.

Com o poder já fetichizado nas mãos e, portanto, a única preocupação de prover a sua própria subjetividade, o político eleito não pretende reconhecer as demandas sociais e trabalhar para amenizá-las e/ou extingui-las. O ouvido do discípulo não funciona mais e o outro, que deveria ser ouvido, ser percebido, ser tornado parte determinante de um encontro, partícipe de uma proximidade, se torna vítima. Por “vítima”, Dussel percebe aquele que está sempre excluído, oprimido, uma mera peça da engrenagem social, do sistema vigente ao qual está inserido e alimentando:

O outro, como outro livre e que exige justiça, instaura uma história imprevisível. O outro como mistério é o para onde, o mais além de meu mundo, que o movimento dialético não pretenderá compreender como totalidade totalizada, uma vez que, por sua estrutura finita, sabe que jamais conseguirá. A totalidade, como o visto feito sistema, opõe-se a infinitização (infinicion) de um movimento dialético histórico que se abre para ouvir a palavra do outro, que se revela a partir de uma exterioridade insondável e imprevisível. (DUSSEL, 1986, p.187)¹⁷⁵.

1.2 A Casa da Política e Sua Corrupção

Corrupção! O assunto é tão atual e recorrente e, ao mesmo tempo, tão antigo e histórico que parece redundância, mas é gritante a necessidade de começar a análise do campo político exatamente por ele. Não se esgota, pelo menos não com facilidade, os argumentos apresentados no combate à corrupção. Quando se fala em política, já é prática habitual trazer associado, imbricado o discurso anticorrupção. Dussel também fez isso. E mais, o filósofo latino-americano inverteu a ordem em sua análise e, antes mesmo de falar de política, tocou no assunto corrupção:

Tentarei, em primeiro lugar, debater sobre o que o político “não é”, para limpar o campo positivo. O político não é exclusivamente nenhum de seus componentes, mas sim todos em conjunto. Uma casa não é só uma porta, nem só uma parede, nem um teto, etc. Dizer que a política é um de seus componentes isoladamente é uma redução equivocada. Deve-se saber descrevê-la como totalidade. Mas, além disso, na totalidade

¹⁷⁵ DUSSEL, Enrique. *Método Para Uma Filosofia da Libertação*. Trad. Jandir João Zanotelli. São Paulo: Loyola, 1986.

há casas ruins, casas que não permitem viver bem, que são muito pequenas ou inúteis, etc. O mesmo ocorre no político. (DUSSEL, 2007, p. 15).

É imprescindível pensar na corrupção, suas consequências, suas abrangências, seu poder de impacto e de destruição. A quantidade de pessoas que definham em filas de hospitais a espera de um tratamento dignamente justo. As gerações após gerações que são mal formadas devido às condições precárias de escolas, da formação ruim de professores e professoras e até mesmo da necessidade de muitos estudantes de terem que enfrentar mercado de trabalho tão precocemente. É de suma importância determinar quem são os agentes corruptos e/ou corruptíveis. E, para isso, é substancial pontuar quem são os atores na política. Porque são os mesmos. Quem está sujeito a atos e atitudes corruptos e quem é membro, participante da política. Não somente aqueles representantes eleitos, ocupantes de função pública, mais comumente na atualidade classificados de “políticos” o são. Há outra parcela de “políticos” – esses são os efetivos, os vitalícios – que são integrantes da comunidade política: o povo. Portanto, os representantes eleitos e o povo são políticos, são partícipes da comunidade política.

De um lado, os verdadeiros, legítimos detentores do poder – o povo –, de outro lado, os delegados, os que receberam o poder de maneira delegada, transitoriamente – os eleitos. Tanto uns quanto outros podem ter suas práticas comprometidas pela corrupção. Dussel esmiúça cada uma delas. O referido filósofo determina o que ele chama de *corrupção originária*, o *fetichismo do poder*. E explica:

A *corrupção originária* do político, que denominaremos o *fetichismo do poder*, consiste em que o ator político (os membros da comunidade política, sejam cidadãos ou representantes) acredita poder afirmar sua própria subjetividade para a instituição em que cumpre alguma função. (DUSSEL, 2007, p. 16).

Talvez o assunto corrupção nunca tenha sido tão visitado e debatido no Brasil, por exemplo, quanto no momento corrente em que o país enfrenta uma sucessão de fatos que escancaram a fragilidade em combater e prevenir esse problema. De um lado existe a digladição de partidos políticos arraigados nas ideologias ocas e discursos retóricos em busca de números cada vez mais crescentes de cargos ocupados no Poder Legislativo.

No lado oposto há a população que historicamente trilha um caminho de desigualdade institucionalizada, uma crônica exploração do mais fraco e uma

massacrante opressão sofrida de maneira legalizada. A péssima conduta de muitos políticos “de carreira” está caminhando de mãos dadas com a conivência apática do povo que – alienado – não consegue pensar por si só. Muitos dos políticos eleitos parecem ter perdido aquilo que, provavelmente, nunca tiveram: a intenção de servir a população. Povo que os elegeram para representar, dar voz ativa àqueles que nunca foram protagonistas na história – a comunidade política.

Na contramão dessa ideia, entretanto, existe o descaso e descuido da própria sociedade consigo mesma e com os acontecimentos políticos. Parece não haver uma noção clara e definida do que é, ou deveria ser, a função de cada participante da sociedade civil organizada. Ao que tudo indica, não há presente na consciência coletiva uma visão definitiva, ou suficiente, do que é um povo detentor do poder que participa efetivamente das decisões públicas e, a partir disso, exige uma conduta ética e justa dos governantes:

A corrupção é dupla: do governante que se crê sede soberana do poder e da comunidade política que permite, que consente, que se torna servil em vez de ser ator da construção do político. (...) O representante corrompido pode usar um poder fetichizado pelo prazer de exercer sua vontade, como vaidade ostensiva, prepotência despótica, sadismo ante seus inimigos, apropriação indevida de bens e riquezas. (DUSSEL, 2007, p. 16, grifos do autor).

Cada cidadão é um indivíduo que está inserido em um contexto sociocultural e histórico. De acordo com Dussel, cada sujeito é ator atuante em vários campos práticos como, por exemplo, o familiar, o econômico e o esportivo e, em cada um, sua função é diferente uma da outra. Esses campos estão na esfera pública ou na esfera privada. O sujeito transita por todos esses campos, interage com outros cidadãos presentes nos mesmos campos. Quando o cidadão exerce suas ações ele está efetivando a sua subjetividade e convivendo com a subjetividade de outros atores presentes no mesmo campo. Segundo Dussel, sua subjetividade é então uma intersubjetividade: A democracia é uma instituição política *objetiva*, que origina ao mesmo a subjetividade tolerante dos cidadãos desde o berço, como suposto *subjetivo*. Ou seja, toda subjetividade é sempre intersubjetiva. (DUSSEL, 2007, p. 21).

É pela vivência e atuação do sujeito e suas interações que os diversos campos se efetivam como espaços interligados e, por isso, políticos. Ambas as esferas – a pública e a privada – podem sofrer com as ações da corrupção.

2. UMA FILOSOFIA DA LIBERTAÇÃO

Nesta segunda parte do artigo, a intenção é apresentar e entender o caminho pensado por Dussel para combater as ações da corrupção e resolver o problema da dominação alienadora e hegemônica que aniquila o outro e transforma-o em vítima. De acordo com o pensamento do filósofo argentino Dussel, esse antídoto anticorrupção está no desenvolvimento e na efetivação de uma Filosofia da Libertação. Isto é, libertar e se libertar da ideologia centralizadora presente desde a antiguidade em sociedades como a grega, por exemplo, e pensar as questões sociais a partir da periferia, da necessidade real, da realidade.

Para entender a proposta de libertação apresentada por Dussel é necessário explicar ou responder duas questões pontuais, que são as seguintes: primeira, quem deve ser liberto? A vítima – o oprimido, excluído. E segunda, libertar do que? De uma condição histórica alienante, corrompida, opressora e excludente – além de uma cultura e de um pensamento hegemônico eurocêntrico e, mais especificamente, no caso da América Latina, uma opressão norte-americana. É proposta então uma *práxis libertadora*, uma atividade crítico-prática dividida em dois momentos de luta: a *negativa*, onde se desconstrói o que está dado. Em seguida, a *positiva*, a construção do novo.

De acordo com Dussel, historicamente a filosofia está a serviço da dominação e opressão da classe marginalizada, pobre, constituída de sujeitos excluídos. A filosofia ocidental é hegemônica e dominante por ser eurocêntrica. Em seu livro *Filosofia da Libertação na América Latina*, o filósofo argentino diz assim:

1.1.5.3. As filosofias clássicas helenístico-romanas, com algumas exceções, se articulam de fato aos interesses das classes dominantes escravistas e justificaram sua dominação a partir do horizonte do próprio ser. É fácil compreender aquelas palavras: ”o escravo é por natureza escravo” de Aristóteles ou a tentativa dos estoicos e epicureus de propor uma salvação individual aos cidadãos do império para, por um lado, dar consciência tranquila a todos os seus membros e, por outro, sacralizar o Império, manifestação finita dos deuses do cosmopolitismo. (DUSSEL, 1977, p. 12).

A filosofia deve então ser uma *práxis libertadora*, deve pensar a realidade a partir da visão da periferia e não da imposição do olhar do centro. Dussel relembra que na Grécia antiga o outro, o diferente, o “de fora”, o da periferia não era cidadão, era o

bárbaro, o estrangeiro sem direitos e sem voz. Essa postura centralizadora e excludente, ao longo do tempo, se estende e se efetiva de diversas maneiras e isso se dá através das inúmeras estruturas filosóficas que reproduzem o pensamento dominador e hegemônico da classe dominante. Dessa maneira, a filosofia deve se colocar a serviço de quem precisa passar por um processo de transformação para libertar-se da dominação excludente e alienadora:

Porque a experiência inicial da Filosofia da Libertação consiste em descobrir o “fato” opressivo da dominação, em que sujeitos se constituem “senhores” de outros sujeitos, no plano mundial (desde o início da expansão europeia em 1492; fato constitutivo que deu origem à “Modernidade”), Centro-Periferia; no plano nacional (elites-massas, burguesia nacional-classe operária e povo); no plano erótico (homem-mulher); no plano pedagógico (cultura imperial, elitista, versus cultura periférica, popular, etc.); no plano religioso (o fetichismo em todos os níveis), etc. (DUSSEL, 1995, p. 18).

A proposta da Filosofia da Libertação é a busca pela emancipação intelectual e ideológica da vítima para que, dessa forma, ela tenha chances reais, verdadeiras e concretas possibilidades de vivenciar a sua própria existência a partir de si mesmo, e não de um esvaziamento de si mesmo, de um auto estranhamento, de um “furto” de consciência que lhe é retirada historicamente em seus mais diversos campos de vivência e convivência:

Quem reconhece responsabilmente que as vítimas não podem reproduzir-desenvolver sua vida nem participar simetricamente na discussão daquilo no qual estão afetadas, está obrigado/a: (a) negativamente desconstruir realmente as normas, ações, instituições ou estruturas históricas que originam a negação material da vítima; e (b) positivamente, transformar ou construir as normas, ações, instituições ou as estruturas necessárias para que a vítima possa (b.1) viver humanamente, (b.2) com participação simétrica, (b.3) efetuando realmente as exigências factíveis ou alternativas que consiste em transformações, sejam parciais ou estruturais (DUSSEL, 1988, p. 17).

O filósofo então deve se envolver na ação pensada, na práxis libertadora da vítima. Porque na Filosofia da Libertação o filósofo não é mais somente uma consciência crítica da política. O filósofo agora deve se envolver na ação. O sujeito filosófico é orgânico. É agente participante direto da transformação. Não há a falsa

ideia, ou a ilusão, de que acabarão as vítimas, que estas não mais existirão, que serão todas emancipadas e libertas. Mas, o filósofo – mesmo tendo esse fato latente em sua prática – agora passará do plano discursivo para o plano normativo. Porque eticamente, se é responsável pela vítima:

2.6.6.1. A alienação tinha encoberto o rosto do outro com uma máscara fabricada pelo sistema para ocultar sua interpelação. A máscara é a definição do outro pela função que tem dentro do sistema: é empregado, operário, camponês. Sua exterioridade é definida desde o horizonte do sistema, e por isso funciona dentro. Fixou-se sua função-perfeição-classe social, cristalizou-se o para-que e desapareceu o quem. (DUSSEL, 1977, p. 68).

No seu campo específico de atuação – criticar, refletir – o filósofo não faz para a vítima, mas com a vítima. Com isso, pensará problemas reais e não vai estabelecer meras verborragias:

2.6.7.1. A ação libertadora que se dirige ao outro (irmão, mulher ou homem, filho) é simultânea a um trabalho em seu favor. Não há libertação sem economia e tecnologia humanizada, e sem partir de uma formação social histórica. Por isso, a práxis da libertação (uma *poiesis* prática ou uma práxis poiética) é o próprio ato pelo qual se transpõe o horizonte do sistema e se entra realmente na exterioridade (...) pela qual se constrói a nova ordem, uma nova formação social mais justa. (DUSSEL, 1977, p. 69).

A práxis libertadora deve propor mudanças. Mais do que isso, apresenta a necessidade de transformações. Essas deverão abarcar a maioria, sem perder de vista o ideal de democracia que permeia todas as mudanças necessárias. Como afirma o filósofo argentino, “...sustentado por todos transformando-se na nova proposta, fruto da *práxis* de libertação popular”. (DUSSEL, 2007, p. 129). O poder do povo – *hiperpotentia*¹⁷⁶ – deve ser construído no povo, e permanecer nele. Como enfatiza Dussel “em baixo” e não somente “de baixo”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a vontade do poder para si – o que Dussel classifica como corrupção – se torna mais forte do que o pensamento e a conduta voltados ao coletivo, à comunidade

¹⁷⁶ *Hiperpotentia* é um conceito extremamente vigoroso e vital na teoria de Enrique Dussel. Mas, não será aprofundado no presente estudo. Cf. **Vinte Teses de Política**. Trad. de Rodrigo Rodrigues. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007. Páginas 97-102.

política, quem sofre é a parcela da população historicamente mais frágil e oprimida: os pobres, os excluídos. O pensamento eurocêntrico, arraigado como o superior e mais avançado, contribui para a opressão e para a usurpação exercidas há muito tempo. A produção de uma cultura a serviço da exploração e não a partir do outro, da exterioridade do sujeito, de um *eu* refletido e reflexo do *eu* alheio, gesta uma política corrompida e massacrante. O sistema capitalista estabelece a cultura ocidental como universal. E isso provoca danos que não podem ser ignorados e clamam por mudanças, transformações que visem à dignidade e a plenitude do povo.

O pensamento ocidental capitalista, eurocêntrico, dominador, opressor e excludente não considera o outro e sua cultura e, mais do que isso, o combate, o aniquila, o torna participante da hegemonia centralizada na vantagem que beneficia somente quem oprime e quem domina. Por isso o político não deve se corromper, não deve perder de vista quem o elegeu, quem é o verdadeiro detentor do poder: o povo. Por esse motivo a política também deve prover uma intervenção cultural, para que o povo vença o que fora estabelecido pela Modernidade, filha do capitalismo, que despreza o próprio, a identidade na periferia e a torna consumidor voraz.

Dussel aponta a necessidade de haver uma revolução cultural. Uma ferramenta muito eficiente – talvez a maior, a mais robusta, a de maior alcance – a serviço dessa revolução é a educação. Essa, contudo, deve também ser transformada. É fácil perceber que desde a antiguidade a divisão de classes sociais já se apresentava como uma grande definidora de como educar, o que ensinar, a quem instruir e com quais objetivos se deveria fazer isso. Platão, em sua *República*, considerou a massa, a população pautada em conhecimento não-verdadeiro, não epistêmico, que hoje também se considera a classe de origem do estudante de escola pública, mortal ao filósofo. Quando o filósofo volta à caverna alegórica, à escuridão da ignorância, para alertar o homem comum sobre o caminho (educação/conhecimento) que leva até a verdade acaba hostilizado e morto. Por outro lado, o filósofo naquela situação não era portador de uma conduta e de uma proposta libertadoras. Por mais que parecesse e se apresentasse dessa forma. Era o representante da classe dominante.

O político deve garantir que o povo receba uma educação em um sistema pedagógico que supere o eurocentrismo construído sobre os alicerces da filosofia grega em todos os seus ramos do saber. Deveria ser uma educação nos princípios ético-

normativos de culturas plurais, múltiplas. Uma educação na solidariedade com os mais necessitados, os que são vítimas, os mais pobres. Uma educação que forme cidadãos a partir da alteridade e do respeito, de reconhecer no outro os mesmos fundamentos de dignidade existentes em si.

A educação, desde sempre, constitui o pilar sobre o qual o povo transforma, revoluciona, reconhece, reafirma e vive sua cultura. Assim, de acordo com Dussel, é possível libertar cultural-política-histórica-filosoficamente os países latino-americanos ante a cultura eurocêntrica. E, principalmente, a dominação capitalista norte-americana. Educação é enfrentamento. A partir da práxis libertadora de um povo que, diante da imposição de uma política opressora e excludente, baseia a sua educação nos princípios da solidariedade, da autoafirmação não somente como indivíduo, mas, sobretudo, como comunidade política. O protagonista, então, não será o capitalista eurocêntrico dominador, nem tampouco o político por profissão. Será o pobre. O oprimido. O excluído, o outro – a vítima.

A qualidade do indivíduo, formado e transformado por uma ética pensada e aplicada à sua conduta é a práxis libertadora que não permitirá a subjugação de seus direitos – quando povo – e não permitirá que suas vontades, que a vontade de poder – quando político escolhido – corrompa suas atitudes e, assim, fetichize o seu poder. Dessa maneira, nem povo enquanto comunidade política que é e nem representante eleito se permitirão corromper. Assim, como o próprio Dussel sugere, sonha e espera, será possível “um mundo onde caibam todos os mundos!”.

4. REFERÊNCIAS

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação: Crítica à Ideologia da Exclusão*. Trad. de George I. Maissiat. São Paulo: Paulus, 1995.

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da Libertação na América Latina*. Trad. Luiz João Gaio. São Paulo: Loyola, 1977.

DUSSEL, Enrique. *Método Para Uma Filosofia da Libertação*. Trad. Jandir João Zanotelli. São Paulo: Loyola, 1986.

DUSSEL, Enrique. *Vinte Teses de Política*. Trad. de Rodrigo Rodrigues. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.